RYAN J. LANE/GETTY IMAGES

Geração nicotina

Iniciam-se, regra geral, em festas ou eventos desportivos, musicais e culturais. "Todos muito bem aproveitados pela indústria para promover os seus produtos", denunciam os especialistas, que alertam para o surgimento de "uma nova epidemia" através da dependência em relação aos produtos eletrónicos de tabaco ou nicotina. Atraídos pelo universo de sabores e aromas, tecnologia e design apelativo, os adolescentes e jovens adultos são quem mais os experimentam. As empresas do sector negam que lhes tenham a mira apontada

TEXTO
MARIA JOÃO BOURBON

A

inda não tocou para o intervalo, mas um grupo de jovens está cá fora a consumir tabaco aquecido. É uma questão de tempo até se ouvir o toque que autoriza mais um momento de pausa nesta escola secundária no centro de Lisboa. Ouvem-se passos, gargalhadas, conversas sobrepostas — os estudantes começam a surgir aos magotes. Juntam-se em pequenos grupos, perto do portão da escola. Vários acompanham as conversas com um cigarro ou dispositivo de tabaco aquecido.

Artur (nome fictício) é um deles. Tem 18 anos e há quatro meses que consome IQOS, um sistema de aquecimento de tabaco comercializado pela Tabaqueira, subsidiária da Philip Morris International (PMI) em Portugal. Antes disso, fumava cigarros tradicionais e cigarros eletrónicos (vulgo *vape*) uma vez por semana; agora consome tabaco aquecido regularmente — além de cachimbo, três ou quatro vezes por mês. Na sua perspetiva, "foi um erro" ter passado para o IQOS. Estava de férias em Andorra e a máquina estava barata, pelo que decidiu aproveitar. Reconhece que este "é muito mais fácil" de consumir, "fuma-se muito mais": "É menos forte, não sabe tanto a tabaco e não deixa cinzas."

Adiante, outro rapaz está a fumar um cigarro. Minutos antes consumia IQOS. "Fiquei sem bateria na máquina", justifica, contando que esgota um 'maço' de tabaco aquecido por dia. Tem 19 anos e aderiu a este produto há uns meses, mas fuma desde os 12. Também ele trocou de produto por causa do cheiro que deixava em casa e nas mãos — tal como um rapaz e uma rapariga que estão ao seu lado. Um deles comenta que "ficava muitas vezes doente" e "com a garganta afetada" com os cigarros.

Souberam do tabaco aquecido através de amigos e de publicidade, tendo sido igualmente atraídos por ser novidade e pelo design. "É muito fácil comprar", acrescenta Artur. "Raramente nos pedem o cartão de cidadão. Vende-se facilmente em cafés, papelarias, bombas de gasolina... E nos festivais de música há sempre quiosques e carregadores para as máquinas."

Se há uma década os alunos não fumavam abertamente à porta da escola, porque "sabiam que não era bom para eles e os pais não permitiam", hoje não é assim. Quem o diz é uma professora de uma escola secundária em Vila Nova de Gaia, que nota uma maior abertura por parte dos encarregados de educação para permitir que os filhos fumem. A docente afirma que, embora há cerca de dez anos o número de fumadores no universo daquela escola tivesse diminuído, nos últimos três ou quatro aumentou. "Temos essa perceção porque para os alunos virem para a porta da escola fumar o encarregado de educação tem de assinar presencialmente uma autorização", explica. Há dois ou três anos o *vaping* predominava, mas agora prevalece o tabaco aquecido. "Isto está a explodir", remata. Outra docente, que trabalha numa escola secundária em Lisboa, tem um entendimento diferente: "Não vejo que haja mais gente a fumar." Também nessa escola o tabaco aquecido impera ("mais de metade" dos alunos o consome), embora "pouco mais" do que aqueles que fumam cigarros.

UMA DROGA DE ADIÇÃO "FORTÍSSIMA"

Sendo responsável por dois terços das causas de morte dos fumadores, o tabaco provoca mais de oito milhões de mortes por ano em todo o mundo e mais de um milhão na Europa, mostram dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Já em Portugal, 13.500 pessoas morreram em 2019 por doenças atribuíveis ao tabaco.

Portugal tem dados "muito preocupantes", indica a pneumologista Sofia Ravara. É um dos países europeus "em que os jovens começam a fumar mais cedo" (quatro em dez iniciam-se entre os 15 e os 17 anos) e com "prevalências mais elevadas nos jovens adultos", realça a coordenadora da comissão de tabagismo da Sociedade Portuguesa de Pneumologia (SPP). Assim, aqueles que mais fumam estão "na idade de serem pais, um modelo para os filhos, e existe ainda o problema das grávidas e da exposição das crianças ao fumo do tabaco". Também José Pedro Boléo-Tomé se mostra apreensivo, uma vez que a idade em que se experimenta é um indicador de dependência. Sendo a nicotina "uma droga de adição fortíssima, a instalação da dependência é relativamente rápida", explica o médico pneumologista. "Os efeitos que produz em termos de alteração do cérebro, sobretudo nos adolescentes (mais vulneráveis aos efeitos aditivos), são muito difíceis de reverter."

Apesar de Portugal estar inserido num mercado muito regulado, a União Europeia (UE), e da prevalência do tabagismo estar em declínio na Europa, a crescente popularidade dos produtos de tabaco aquecido ("*sticks* ou cápsulas que contêm tabaco e que são aquecidos por dispositivos", na definição das instituições europeias) e dos cigarros eletrónicos ("dispositivos eletrónicos que usam líquidos que normalmente contêm nicotina e produzem vapor", mas não têm tabaco) coloca novos desafios.

Em 2020, 8% dos portugueses tinha experimentado tabaco aquecido, uma percentagem acima da média europeia de 6%, mostram dados do Eurobarómetro. Isto explica-se pelo facto de "Portugal ter sido incluído nos países da primeira vaga de lançamento destes produtos", contextualiza Paulo Vitória, psicólogo e professor da Universidade da Beira Interior. Já no caso dos cigarros eletrónicos, a taxa de experimentação (7%) fica abaixo da média da UE (14%). Mas tanto num caso como no outro são os jovens (entre os 15 e os 24 anos) e os jovens adultos (25-39 anos) quem mais experimenta, respetivamente, cigarros eletrónicos e tabaco aquecido. Um ano antes, cerca de 38% dos alunos entre os 13 e os 18 anos declaravam já ter experimentado produtos de tabaco ou cigarros eletrónicos — e, embora o cigarro tradicional ainda seja o produto de tabaco ou nicotina mais experimentado (29%), o consumo de cigarros eletrónicos (22%) já se aproximava destes, de acordo com dados do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD). O tabaco aquecido é menos prevalente nestas idades (5%); mas, se "há uns anos os adolescentes nem lhe tocavam, agora qualquer pessoa que saia à noite vê que é um produto que está a explodir", assevera Boléo-Tomé.

Os sabores e aromas (só em 2017 foram identificados pela organização norte-americana Campaign for Tobacco-Free Kids mais de 15 mil sabores, entre eles frutas, tabaco e doces), a maior abertura à inovação tecnológica, o design das embalagens e a vulnerabilidade às estratégias de promoção da indústria são alguns fatores apontados por especialistas para explicar o consumo pelos jovens. Mas existem outros. Há "uma perceção enviesada" de que têm muito menos risco, uma vez que "emitem menos cheiro e fumo" do que um cigarro tradicional, nota o médico. E a falta de fiscalização não ajuda: apesar do seu consumo estar interdito a menores de 18 anos, 95% dos adolescentes em Portugal consegue comprar tabaco sem qualquer entrave, mostrava um estudo publicado na revista "Drug and Alcohol Dependence" em 2019.

A iniciação dos jovens acontece, regra geral, em festas e eventos desportivos, musicais e culturais, "todos muito bem aproveitados pela indústria para promover os seus produtos", revela Paulo Vitória, que foi membro do extinto Conselho de Prevenção do Tabagismo e coordenador da linha SOS Deixar de Fumar. Mas pode ocorrer em contexto escolar, nas comunidades ou até nas famílias, embora "quase sempre em dinâmicas sociais envolvendo grupos de jovens".

FUMADORES DE SUBSTITUIÇÃO

A indústria do tabaco chama-lhes "replacement smokers", que se destinam a substituir os que acabam por morrer — uma expressão utilizada em documentos internos para se referir aos jovens, segundo têm denunciado várias organizações independentes. As tabaqueiras têm neles o seu alvo principal, porque "sabem que a maioria dos consumos começa antes dos 18 anos e quase sempre antes dos 25", afirma a pneumologista holandesa Wanda de Kanter, fundadora da associação Youth Smoking Prevention, que se tem dedicado a combater o *lobbying* da indústria e a prevenir o consumo pelos jovens. É também esta a acusação deixada pela organização

Portugal é um dos países europeus "em que os jovens começam a fumar mais cedo" e com "prevalências mais elevadas nos jovens adultos"

GETTY IMAGES

não-governamental STOP, que monitoriza as ações desta indústria a nível mundial. Num documento de 2021, revela que, por causa da quebra nas vendas de cigarros em muitas partes do mundo, esta "precisa de recrutar uma nova geração de fumadores para sustentar o seu negócio de cigarros altamente rentável". "É por isso que os tem como alvo através das embalagens, anúncios e promoção", continua, acrescentando que está a criar-se "uma nova epidemia" através da dependência em relação aos novos produtos eletrónicos e de nicotina.

Apesar do marketing e da promoção dos produtos de tabaco serem proibidos, a indústria "tenta sempre ignorar as leis ou passar por cima da regulação", denunciam os especialistas. Esse marketing é "avassalador" e, muitas vezes, difícil de controlar, pois recorre cada vez mais a influenciadores nas redes sociais (as *stories* desaparecem) e a posicionamento do produto nos filmes e nas séries, observa Sofia Ravara. Em 2020, a Direção-Geral da Saúde identificou vários estudos que confirmam que os produtos de tabaco ou nicotina estão a ser ativamente promovidos junto das gerações mais novas, nomeadamente através das redes sociais ou em eventos juvenis.

A indústria nega estas práticas. Questionada pelo Expresso sobre a promoção dos seus produtos em eventos como festivais, fonte oficial do grupo PMI refere que "as práticas comerciais e de marketing responsáveis" são prioritárias para a empresa e que "cumpre a legislação em vigor", estabelecendo "rigorosos padrões de comercialização dos seus produtos com os seus parceiros de negócio no retalho". Já no que diz respeito aos jovens, nega que sejam o seu alvo. "A posição da Tabaqueira é muito clara: os menores não devem consumir nem ter acesso a produtos que contenham tabaco ou nicotina, incluindo alternativas sem combustão, que se destinam apenas a adultos que, de outra forma, continuariam a fumar", esclarece.

Também a Associação Portuguesa de Vaporizadores (APORVAP), criada em 2019 para defender a vaporização enquanto "método de cessação tabágica" e de consumo de nicotina "menos danoso", garante que "os lojistas nacionais estão instruídos de que deverão levar a cabo a verificação etária, de forma a minimizar a hipótese de venda a menores". O presidente da associação, que representa 75% das cerca de 200 empresas de *vaping* com presença no país, reitera a "total condenação" a "qualquer ação dirigida a jovens" ou "a ilegal disponibilização destes a menores". Cristiano Batista diz que, à exceção "das vendas ilegais, maioritariamente praticadas por operadores não especializados e desprovidos de ética ou moral", desconhece "qualquer ação de marketing focada em cigarros eletrónicos e dirigida a jovens". Ainda assim, reconhece "a problemática atual", que diz ser "proveniente da ineficácia das autoridades em controlar a ilegal importação, distribuição e comércio, nomeadamente dos cigarros eletrónicos descartáveis, tipicamente por parte de operadores terceiros, na maioria orientais, sem qualquer vínculo ao sector e que não deveriam estar autorizados à importação destes produtos e, consequentemente, ao seu comércio".

Seja disponibilizando estes produtos emergentes como uma "alternativa de consumo de nicotina, com menor exposição a constituintes tóxicos, para os fumadores adultos que, de outra forma, continuariam a fumar" (nas palavras da PMI), seja defendendo a "eficácia dos cigarros eletrónicos na cessação

tabágica" ou como "estratégia de longo prazo para promover a redução de danos" (como refere a APORVAP), o foco da indústria está naquilo que apregoa ser uma alternativa menos nociva para quem fuma.

Embora considere que o IQOS não é isento de risco, a PMI realça que "não é um produto para não-fumadores, nem uma solução para abandonar o consumo de tabaco e nicotina". E acrescenta que "a melhor opção para a saúde é sempre não iniciar e, para quem o fez, abandonar completamente o consumo de produtos de tabaco e/ou nicotina" — narrativa que a STOP questiona, uma vez que o grupo norte-americano com sede operacional na Suíça continua a vender e a promover cigarros tradicionais em vários países. Só em 2022 foram fornecidos 621 mil milhões de cigarros e, apesar de os envios para alguns mercados terem caído face a 2021, "aumentaram cerca de 5% em África e no Médio Oriente, 2% nas Américas e 1,5% no Sul e Sudeste da Ásia".

A indústria, no entanto, defende que o aerossol do tabaco aquecido e dos cigarros eletrónicos contém, em média, menos 90% a 95% de constituintes nocivos e potencialmente nocivos. A PMI mune-se dos seus próprios testes de laboratório e de outros estudos para escudar essa percentagem, referindo que algumas entidades como o regulador de saúde pública RIVM (Países Baixos), o Public Health England (Reino Unido) e a Agência Americana para a Segurança Alimentar e para o Medicamento (FDA), entre outros, concluíram que o tabaco aquecido é "um produto muito melhor para adultos que, de outra forma, continuariam a fumar". Já a APORVAP apoia-se na percentagem de 95% identificada pela agência governamental britânica.

Mas esses números foram contestados, com especialistas a alertarem para a existência de conflitos de interesse nos estudos e para o facto de existirem mais substâncias tóxicas e carcinogénicas, algumas delas em concentrações "substancialmente superiores" às que são referidas pela indústria — além de outras, como metais pesados, nem sequer presentes no tabaco convencional. Foi o caso da Sociedade Europeia de Pneumologia, que põe em causa vários dados do tabaco aquecido. Além disso, a DGS sublinha que, ainda que a FDA tenha aprovado a alegação de que este reduz significativamente a produção de químicos nocivos à saúde e a exposição do organismo humano a estes (no caso de uso exclusivo do tabaco aquecido), não aprovou a alegação de que é menos nocivo ou contribui para a redução de danos na saúde. Também a revista médica "The Lancet" criticou a estimativa do estudo britânico sobre o *vaping* por se basear "numa ausência quase total de provas", acusando-o de ter conflitos de interesse, já que alguns investigadores envolvidos tinham ligações às grandes tabaqueiras.

E mesmo que especialistas, como Boléo-Tomé, tenham a perceção de que o nível de risco no tabaco aquecido é superior ao dos cigarros eletrónicos (que não contêm tabaco), os últimos não são isentos de risco — cerca de 40 países, entre os quais o Brasil, a Argentina e a Tailândia, já proibiram a sua comercialização. Apesar de não terem monóxido de carbono, têm nicotina que, inalada, se torna "altamente aditiva", com "riscos para a saúde", alerta Sofia Ravara, em linha com a OMS. E tanto um como o outro "emitem partículas tóxicas que vão chegar ao pulmão profundo, causar inflamação sistémica, stresse oxidativo, morte celular e todos os outros mecanismos de doença que já foram identificados como sendo responsáveis pela doença respiratória crónica, doença cardiovascular, por lesar o sistema imunológico (e, por esta via, há um risco aumentado de cancro e de outras doenças, como as autoimunes e degenerativas)."

Já Paulo Vitória encontra-se a meio caminho entre as posições da indústria e dos pneumologistas. Se, por um lado, considera que em termos de risco absoluto "é evidente" que os cigarros eletrónicos e o tabaco aquecido "apresentam um risco para a saúde dos consumidores, dos que estão próximos e da economia, devido ao impacto nos custos a nível da produtividade e dos sistemas de saúde e social", por outro, realça que "existe um risco relativo mais baixo relativamente aos cigarros" e "boas evidências que podem ajudar a deixar de fumar".

Embora realce que só saberemos melhor os riscos a longo e médio prazo, acredita que estratégias como as recentemente anunciadas pelo Reino Unido — que decidiu distribuir a um milhão de fumadores um *kit* com um cigarro eletrónico para os ajudar a deixarem de fumar e alcançar uma sociedade sem fumo em 2030 — podem fazer sentido. "O uso destes produtos, bem enquadrado, por acompanhamento de profissionais formados, pode ser, em primeiro lugar, um pretexto para avançar no sentido da cessação do comportamento e, depois, uma ajuda para uma redução gradual até parar de fumar", considera. O psicólogo refere que a par dos cigarros eletrónicos, o Reino Unido vai disponibilizar apoio profissional, limitar o acesso dos jovens e reforçar o controlo de qualidade destes produtos, entre outros aspetos. Também as mulheres grávidas irão receber até 400 euros para deixarem de fumar. As medidas, no entanto, foram contestadas por vários pneumologistas, por acreditarem que podem levar à "normalização do consumo". Ao Expresso, Sofia Ravara esclarece que esta e outras abordagens (como a da Austrália que, apesar de banir o *vaping*, irá permitir a sua compra em farmácias mediante a apresentação de receita médica) "não são comprovadas nem seguras".

Ainda assim, os especialistas ouvidos pelo Expresso estão alinhados na ideia de que estes produtos eletrónicos de tabaco ou nicotina "promovem a iniciação de novos consumidores e previnem outros de cessar o consumo de tabaco". Há estudos que indicam que "50% a 60% dos consumidores" têm um consumo duplo: cigarro mais cigarro eletrónico ou tabaco aquecido, entre outros.

UMA GERAÇÃO LIVRE DE TABACO

A partir de outubro, Artur e os colegas poderão deparar-se com maiores dificuldades na aquisição de tabaco. Caso a proposta de lei do Governo — que transpõe a diretiva europeia que equipara tabaco aquecido a outros produtos de tabaco em matéria de odores, sabores e advertências para a saúde — seja aprovada pela Assembleia da República (AR), será alargada a proibição da venda de tabaco, tabaco aquecido (e cigarros eletrónicos, confirmou ao Expresso o Ministério da Saúde) à generalidade dos espaços onde é proibido fumar, como cafés e restaurantes. A partir de janeiro de 2025, restringe-se ainda a venda através de máquinas automáticas, ambulante, ao domicílio e em festivais. O diploma estabelece também a proibição de venda destes produtos com aromatizantes e obriga a que as embalagens apresentem advertências de saúde com texto e fotografias, tal como o tabaco convencional. Será ainda proibido fumar ao ar livre dentro dos muros de locais de acesso ao público em geral ou de uso coletivo, como estabelecimentos de ensino, de saúde, recintos desportivos, estações, paragens e apeadeiros dos transportes públicos.

O projeto de lei, que pretende alcançar uma geração livre de tabaco até 2040, tenta aproximar Portugal dos países "mais avançados" em matéria de prevenção e controlo de tabaco. Mas, tal como quando o Governo alterou a lei em 2016, as reações fizeram-se imediatamente sentir. Ao coro de críticas da restauração e da indústria (a PMI declarou publicamente que a proposta de lei pode criar um cenário propício ao comércio ilícito) juntaram-se comentadores e políticos a classificar as medidas como um "atentado às liberdades individuais". Já Boléo-Tomé sublinha que estas são importantes e que "não há qualquer atentado". "Há, sim, defesa do direito à saúde, da prevenção do início do consumo na população jovem (que rapidamente fica dependente e incapaz de parar), proteção dos mais frágeis e prevenção eficaz de uma lista de doenças e custos infindáveis." Segundo o médico, "ao contrário do que se diz (e a indústria tenta vender), as medidas restritivas funcionam, são maioritariamente bem aceites pela população e levam à redução efetiva do consumo". "Claro que resultam melhor se acompanhadas de outras", esclarece, referindo que, além das recomendações internacionais, em Portugal falta acesso ao tratamento ("continuamos com pouco investimento em cessação e neste momento temos zero fármacos comparticipados") e investir diretamente uma parcela dos impostos em campanhas e prevenção.

Os países que conseguiram diminuir mais o consumo por parte dos jovens foram aqueles que aplicaram um conjunto robusto e abrangente de medidas; mas "tem de haver vontade política, bem como peritos de controlo de tabagismo e um movimento da própria sociedade civil", aponta Sofia Ravara. Enquanto Portugal "não tem sido proativo a regular as atividades da indústria (que é o que tem mais impacto no consumo dos jovens)" — tendo sido considerado pelo Grupo de Estudos do Cancro do Pulmão (GECP) um "mau exemplo de políticas públicas para travar hábitos tabágicos" —, outros, como Irlanda, Reino Unido, França e Países Baixos, surgem no topo da lista. A Irlanda, um dos países mais avançados em

A DGS identificou estudos que confirmam que os produtos de tabaco ou nicotina estão a ser promovidos junto dos jovens. A indústria nega

matéria de controlo de tabaco, tem um dos preços mais elevados da Europa: 15,40 euros por um maço de Marlboro em 2022.

O aumento do preço do tabaco, a par das políticas livres de fumo nos espaços públicos, está entre as medidas com mais impacto na redução do consumo, plasmadas na Convenção Quadro de Controlo de Tabagismo da OMS — tal como restrições ao número de retalhistas, à exibição do tabaco nos pontos de venda, à introdução de embalagens simples, padronizadas e sem publicidade (*plain packaging*) e à idade para a sua venda aos consumidores. É também este o entendimento do movimento Europa Sem Tabaco, iniciativa de cidadania europeia que reúne organizações de 15 países europeus (incluindo Portugal) e que propõe, entre outras, a abolição progressiva da venda de tabaco e nicotina às novas gerações a partir de 2030 (à semelhança da Nova Zelândia), a eliminação da publicidade a estes produtos nas redes sociais e em produções audiovisuais como séries e filmes (especialmente "publicidade encoberta" através de *influencers* e *product placement*) e a criação de uma rede de praias, ribeiras, parques nacionais e locais exteriores como esplanadas e instalações desportivas sem tabaco, nicotina ou beatas. Propostas, na sua maioria, contestadas pela indústria, que responde que estas restrições não devem abranger aquilo que consideram ser alternativas menos nocivas. O presidente da APORVAP, particularmente, sublinha que incluir vaporização "num mesmo diploma regulatório, como se de produtos de tabaco se tratasse, não tem qualquer relação com a realidade".

Se é verdade que o Governo português tentou incorporar no projeto de lei algumas das recomendações internacionais em matéria de prevenção e controlo do tabaco, recentemente recuou, ainda antes da discussão parlamentar, nomeadamente no que diz respeito aos pontos de venda. Numa missiva dirigida ao Governo e à AR, entidades da comunidade médica nacional e internacional, associações de doentes e cidadãos, encabeçadas pela SPP, não obstante terem saudado a iniciativa do Executivo, criticam aquilo que acreditam ser um sinal de "tibieza do Governo em favor da indústria", sublinhando que as políticas de controlo do tabaco devem ser protegidas "dos interesses comerciais da indústria e seus aliados".

A interferência de vários sectores da economia, incluindo da própria indústria, tem sido apontada como a grande responsável pelo ritmo "muito lento e um pouco tímido" da legislação nacional e da implementação de medidas de prevenção e controlo do tabaco. De acordo com a coordenadora da comissão de tabagismo da SPP, o *lobbying* da indústria desrespeita o artigo 5.3 da Convenção Quadro da OMS, sobre conflitos de interesse, no qual se expõe que "a indústria não é uma parceira de saúde pública e existe um conflito irreconciliável entre as duas". "Em Portugal acontece o contrário", nota. "A indústria todos os anos faz o seu *lobbying* na AR e tem esta relação de colaboração."

É por isso que há um consenso entre os especialistas de que o combate ao *lobbying* é cada vez mais essencial para a erradicação da "epidemia do tabaco" — à semelhança do que têm feito os Países Baixos. Tendo os jovens como alvo principal nos esforços de prevenção e controlo do tabaco, a Youth Smoking Prevention já moveu três ações legais contra o Estado e tabaqueiras (uma delas ainda em curso), posicionando o país como um exemplo de boas práticas. A primeira, em 2015, teve como alvo o Estado neerlandês por manter contactos regulares com representantes da indústria. Embora tenha perdido o caso (o juiz considerou que o artigo 5.3 da Convenção Quadro da OMS, embora "juridicamente vinculativo", não era "suficientemente concreto"), este motivou a elaboração de um protocolo sobre a forma como os funcionários públicos devem lidar com a indústria e a concretização de um registo para a transparência com cartas, *e-mails*, resumos de reuniões e conversas telefónicas do Governo, conta a líder da associação, Wanda de Kanter. Outro exemplo mais recente, em 2018, materializou-se naquele que foi o primeiro processo penal contra a indústria tabaqueira (PMI, British American Tobacco, Imperial Brands e Japan Tobacco International) por tentativa de homicídio e lesões corporais graves — ao qual se juntaram 30 mil pessoas e outras organizações. Uma vez mais, perderam o caso: foi-lhes dito que estes "são produtos legais", pelo que o processo deveria ser "movido contra o Estado". Ainda assim, esta ação surtiu efeitos: segundo a associação, gerou muita publicidade a nível nacional e internacional, contribuindo para uma maior consciência de que "fumar é um vício e não uma escolha". ●

mjbourbon@expresso.impresa.pt